

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
1999

2.ª FASE

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

Nota – Na avaliação das suas respostas serão tidas em conta:

- a clareza da exposição;
- a sequência lógica das ideias apresentadas;
- a utilização de linguagem científica apropriada.

- É permitido o uso da Constituição da República Portuguesa não anotada (4.ª Revisão).

I

Neste grupo deverá responder **APENAS** a 4 dos 5 itens apresentados.

O texto que se segue faz referência a legislação que disciplina aspectos da vida em sociedade.

Todos os dias nos damos conta de que a vida em sociedade implica uma série de relações sociais, umas disciplinadas pelo Direito, outras não.

A matrícula numa escola está regulamentada pelo Despacho Conjunto n.º 112/SEEBS/93; o regime de acesso ao ensino superior é definido pelo Decreto-Lei n.º 28-B/96; a Portaria n.º 170/96 estabelece a disciplina base para cada curso do ensino secundário. Todos os anos há normas que caducam, e outras que são revogadas.

1. «Todos os anos há normas que caducam.»

Mencione as circunstâncias que podem originar a caducidade de uma norma jurídica.

2. Antes de serem aplicadas, as normas jurídicas, têm de ser interpretadas.

Indique em que consiste a interpretação da lei.

3. O texto refere vários tipos de diplomas – um Despacho, um Decreto-Lei e uma Portaria.

Distinga Decreto-Lei de Portaria.

4. A ordem jurídica é uma realidade social.

Refira a importância da existência da ordem jurídica.

5. Além da ordem jurídica, existem as outras ordens sociais normativas.

Indique as relações que se estabelecem entre as várias ordens sociais normativas.

V.S.F.F.

II

O texto que se segue faz referência ao papel do Estado na defesa dos direitos dos cidadãos.

Uma das tarefas fundamentais do Estado, de acordo com a Constituição da República Portuguesa, é garantir os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pelos princípios do Estado de Direito democrático. Assim, podemos afirmar que o cidadão Abel tem o direito de recorrer aos Tribunais, para assegurar a defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, sempre que se verifique a violação dos mesmos.

1. O Estado, para realizar os seus fins, exerce diversas funções através dos órgãos de soberania. **Indique** os três fins essenciais do Estado.
2. «... o cidadão Abel tem o direito de recorrer...»
Explique o sentido do termo «direito» nesta frase.
3. Um dos princípios do Estado de Direito democrático é o da legalidade da Administração. **Explique** a importância deste princípio para a garantia da defesa dos direitos dos cidadãos.

III

Considere o seguinte artigo do Código Civil:

Art.º 483.º do Código Civil

«1. Aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação.»

Atendendo ao disposto no artigo transcrito, considere a seguinte situação:

Em 1998 Raquel comprou um andar, tendo, para tal, contraído um empréstimo. O andar tem paredes comuns com a casa de Joana.

Ao fazer obras em sua casa, numa das paredes comuns, Raquel causou estragos na cozinha de Joana, tendo-lhe partido vários azulejos.

Como não encontrou azulejos iguais para substituir os partidos, Joana exige a substituição de todos os azulejos da cozinha ou o pagamento de 250 contos.

1. O empréstimo contraído é um negócio jurídico bilateral e oneroso.
Justifique esta afirmação.
2. Raquel é obrigada a reparar os estragos causados na cozinha de Joana.
Justifique se a obrigação de reparar os estragos constitui um dever jurídico ou uma sujeição.
3. A partir do exemplo dado, **distinga** reintegração «in natura» de reintegração por mero equivalente.

IV

O GRUPO IV é constituído por dois itens de desenvolvimento.

Leia com atenção cada um dos temas propostos e responda **APENAS a UM deles**, à sua escolha.

TEMA A

O direito ao consumo é, por definição, uma característica das sociedades avançadas contemporâneas. O crescimento acelerado do mercado electrónico coloca problemas de tipo novo nas tradicionais formas de comércio e consumo. As fronteiras nacionais deixaram de ser obstáculo, mas, com a livre circulação de produtos, bens e serviços, também os conflitos já não se confinam aos territórios nacionais. O afastamento cada vez maior entre quem presta um serviço e quem o consome traz associados perigos e riscos que não têm resposta legislativa adequada. São, assim, necessárias normas que protejam os direitos dos consumidores.

Jornal Público, 12/2/1999 (adaptado)

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- a protecção dos direitos dos consumidores, incumbência prioritária do Estado, no quadro de mercados globais;
- as razões que podem justificar a existência de lacunas nas leis que protegem os direitos dos consumidores.

TEMA B

«A forma de se combater uma decisão judicial que se julga iníqua ou desajustada é tentar inverter o seu sentido dentro dos próprios tribunais, interpondo recurso, e não desrespeitá-la.»

Jornal Expresso, 19/9/1998

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- a hierarquia dos tribunais;
- a jurisprudência como fonte de Direito no sistema jurídico português.

FIM

V.S.F.F.

129/3

COTAÇÕES

I

1.	15 pontos
2.	15 pontos
3.	15 pontos
4.	15 pontos
5.	15 pontos
<hr/>	
(GRUPO I: $4 \times 15 = 60$)	60 pontos

II

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
<hr/>	
	55 pontos

III

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
<hr/>	
	55 pontos

IV

Tema A ou Tema B	30 pontos
<hr/>	
	30 pontos

TOTAL 200 pontos